

**A COLISÃO DE PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS NA 24ª FASE DA OPERAÇÃO
LAVA JATO: BREVE ANÁLISE SOBRE O SIGILO DAS INTERCEPTAÇÕES
TELEFÔNICAS.**

RENAN DE MATTOS FALCÃO

Resumo

O presente trabalho de curso visa analisar a colisão de princípios basilares do ordenamento jurídico brasileiro frente ao exposto na 24ª Fase da Operação Lava Jato, conhecida como "Operação Aletheia", na qual áudios oriundos de interceptação telefônica tiveram seu grau de sigilo reduzido, o que culminou em uma divulgação espontânea pela imprensa de seu conteúdo. O fato causou grande polêmica, inclusive, foi considerado um marco nas relações entre o Poder Judiciário e demais poderes da república. Através do estudo das leis, doutrina e jurisprudências dos tribunais superiores, objetivou-se construir uma conclusão, analisando os princípios gerais do direito no conflito de princípios invocados pelo magistrado frente ao ato jurídico que reduziu o grau de sigilo das comunicações. Diante deste cenário, foi possível analisar que o Direito é uma ferramenta dinâmica de controle social e observar a utilização dos princípios constitucionais para aumentar a abrangência do poder judiciário nas relações humanas, inclusive, com o surgimento do "termo ativismo judicial". Concluiu-se a análise do juízo de ponderação, onde o princípio da publicidade obteve maior densidade na escolha do magistrado, todavia não se pode precisar ao certo se teve viés político ou certa imparcialidade, pois faz parte da rotina de uma autoridade

RESUMO

judiciária o juízo de ponderação no caso concreto, sendo determinante, para isso, o seu livre convencimento motivado.

Palavras-chave: Colisão de Princípios. Operação Lava Jato. Poder Judiciário.

E-mail: rmfalcao01@gmail.com